

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 97.472 - SP (2018/0095090-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : CLODOALDO BATISTA VIANA
ADVOGADO : GUSTAVO VINÍCIUS ALMEIDA DE OLIVEIRA - SP389620
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por CLODOALDO BATISTA VIANA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2127131-31.2017.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em razão da decretação de prisão temporária, posteriormente convertida em preventiva e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, c/c o art. 29, ambos do Código Penal (roubo circunstanciado), dando origem à Ação Penal n. 0005135-37.2014.8.26.0637.

Irresignada, a defesa impetrou *mandamus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - Insurgência contra o decreto de prisão preventiva e indeferimento do pedido de liberdade provisória, mediante decisão carente de motivação concreta. Aduz ainda, que estão ausentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva - INADMISSIBILIDADE - Caso em que, a decisão se encontra suficientemente fundamentada. Demonstrada de forma adequada a presença dos requisitos ensejadores da custódia cautelar do paciente, em consonância com disposto artigo 93, inciso IX da Carta Magna. Não vislumbrado qualquer constrangimento - de outra parte, remanescem os requisitos da prisão preventiva.

Alega, ainda, a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa - NÃO VERIFICADO - Princípio da razoabilidade - Um exame superficial dos autos é suficiente para a percepção de que a demora na formação da culpa decorre de circunstâncias peculiares da causa, e não do descaso ou desídia do Magistrado de Primeiro Grau. Instrução encerrada, aguardando-se apresentação de memoriais pelas partes para prolação de sentença de mérito - Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo" Súmula 52 do STJ.

Ordem denegada. (fl. 539).

Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente *writ*, no qual a defesa sustenta a existência de constrangimento ilegal consistente na segregação antecipada do paciente, uma vez que ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, elencados no art. 312 do CPP.

Assevera a ausência de indícios suficientes de autoria delitiva, aduzindo que houve cerceamento de defesa no indeferimento do pedido de realização de perícia nos vídeos da câmera de vigilância do local dos fatos, os quais atestariam que o paciente não teria participado da empreitada criminosa.

Requer a revogação da prisão preventiva do paciente.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 603/605).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, busca-se, na presente impetração, o reconhecimento da nulidade do processo, por cerceamento de defesa, em decorrência do indeferimento da diligência requerida.

A Corte de origem afastou o pleito sob o seguinte fundamento:

De outro lado, não há se falar em cerceamento de defesa decorrente do indeferimento da perícia nas imagens da câmera de vigilância do local dos fatos, com a finalidade de provar a inocência do paciente.

Há que se considerar, que ao magistrado, como destinatário da prova, compete avaliar a necessidade e a conveniência da produção das provas requeridas pelas partes, indeferindo aquelas que se revelem protelatórias ou impertinentes, ou que, no seu entender, se mostrem irrelevantes para o deslinde da controvérsia.

Além disso, trata-se de matéria de prova e como tal compete ao magistrado avaliar, no caso, se defere ou não o compromisso da verdade.

Assim, não importa em nulidade o indeferimento, motivado, do requerimento de prova pericial, se o magistrado entende que os demais elementos dos autos se mostram suficientes a possibilitar a prestação jurisdicional. (fls. 550)

A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o deferimento ou indeferimento da produção de provas está inserido no âmbito de discricionariedade do

Superior Tribunal de Justiça

magistrado condutor do processo, devendo fazê-lo de forma fundamentada.

Como visto, as instâncias ordinárias entenderam não existir constrangimento ilegal na decisão do Juiz que indeferiu a diligência requerida pela defesa por entender que o pleito era desnecessário.

Nesse sentido também é a nossa jurisprudência:

PROCESSUAL PENAL MILITAR. INCLUSÃO DE TESTEMUNHA DE DEFESA. PEDIDO EXTEMPORÂNEO REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIAS. INDEFERIMENTO. DECISÃO FUNDAMENTADA. SÚMULA 5 DO STM. ART. 437, A, DO CPPM. INTERPRETAÇÃO SISTÊMICA. LIVRE APRECIACÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO.

Nos termos do art. 417, § 2º, do CPPM, é oportunizada à defesa a indicação de seu rol de testemunhas a qualquer momento, desde que respeitado o prazo de cinco dias após a oitiva da última testemunha de acusação.

É pacífico o entendimento desta Corte de que não há nulidade no indeferimento de diligências, quando o magistrado o faz fundamentadamente, por considerá-las infundadas, desnecessárias ou protelatórias.

(...)

Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1416293/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 20/08/2015).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO HABEAS CORPUS. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO IMPUGNADOS. MERA REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS CONSTANTES DA PETIÇÃO INICIAL. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA N. 182/STJ. INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL. INDEFERIMENTO. EXIGÊNCIA APENAS NAS HIPÓTESES DE DÚVIDA ACERCA DA HIGIDEZ MENTAL. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

4. É cediço que, em regra, salvo situação excepcionalíssima, não se acolhe alegação de nulidade por cerceamento de defesa, em função do indeferimento de diligências, porquanto o Magistrado é o destinatário final da prova, logo, compete a ele, de maneira fundamentada e com base no arcabouço probatório

Superior Tribunal de Justiça

produzido, analisar a pertinência, relevância e necessidade da realização da atividade probatória pleiteada.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 498.993/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2019).

Por outro lado, no que tange aos fundamentos da prisão preventiva, o presente recurso está prejudicado.

Isso porque, em consulta à página eletrônica da Corte de origem, verificou-se que nos autos da Ação Penal n. 0005135-37.2014.8.26.0637, sobreveio sentença condenando o recorrente à pena de 6 anos e 5 meses de recluso, em regime inicial fechado, e pagamento de 15 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação criminal, o qual foi parcialmente provido em 31/10/2018 para reduzir a reprimenda do recorrente para 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, e pagamento de 14 dias-multa. Constatou-se, ainda, que a condenação transitou em julgado para a defesa em 05/12/2018 e para o Ministério Público em 08/01/2019.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *mandamus*, considerando que a prisão do recorrente passou a decorrer do cumprimento de pena definitiva.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator